

Pesquisa, ética e notícia – algumas questões sobre o noticiário da violência sexual contra crianças e adolescentes

Tatiana Savoia Landini
Luiz Fabiano Zanatta

Como citar: LANDINI, T. S; ZANATTA, L. F. Pesquisa, ética e notícia – algumas questões sobre o noticiário da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: PELÚCIO, L.; SOUZA, L. A. F. de; MAGALHÃES, B. R. de; SABATINE, T. T. (org.). **Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.71-86..

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-279-6>. p.71-86



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

As Fronteiras: lugares móveis, de deslocamento dos sujeitos diferenciados Rompendo os limites, buscando o não hegemônico

Lidia Maria Vianna Possas

O objetivo do texto é partir de situações do cotidiano, no caso da vida urbana de uma cidade do Oeste paulista envolvendo trajetórias femininas, reconhecendo a necessidade de desnaturalizar os papéis e as práticas sociais que acabam por reforçar os estereótipos que geram condições de exclusão. Através do faro do historiador em seu ofício, preocupo-me em retomar as fontes documentais jornalísticas, no caso jornais e revistas que circulavam em Bauru na 1ª metade do séc. XX, para desvelar as permanências que passam despercebidas e silenciadas .

No meu trabalho de pesquisa sobre as cidades paulistas e o avanço da modernidade no sertão, engendrada pela expansão cafeeira e a ferrovia procurei superar aquela visão do “progresso desencantado” (DIEHL, 2002) e demonstrar a pluralidade de protagonismos e as subjetividades assumidas ao observar os fragmentos de vidas, as minúcias de histórias de mulheres em uma determinada realidade concreta. E nesse caso a cidade foi (re) explorada⁴⁵.

Para tanto gostaria de iniciar com algumas reflexões sobre a ideia de *fronteira*, para compreender como as mulheres, em temporalidades em espaços diversos vivenciam movimentos de busca de si, de consciência do eu, ora silenciando ora agindo dando origem a deslocamentos pessoais, identitários para outras performances inimagináveis em determinada realidade.

Procuro seguir o rastro de Natalie Davis em sua obra *Nas Margens. Três mulheres do século XVII* (1997), na qual soube vislumbrar a existência de experiências reveladoras de vida e de transformações, observando três personalidades femininas na periferia dos centros políticos de uma Europa nos primórdios dos tempos modernos. A autora captou em um campo comum vidas distintas de mulheres de segmentos sociais variados que souberam reinventar as hierarquias e as normas estabelecidas, sendo capazes de ultrapassar os limites de modelos e dos padrões determinados. “Procurei ver as vantagens que tiveram por se situarem nas margens.” (1997, p. 13). Mesmo reconhecendo que elas herdaram as tradições de uma sociedade aristocrática, patriarcal que impunham funções e comportamentos delineados

45 Trata-se da pesquisa de doutorado sobre a inserção das mulheres no âmbito das ferrovias, no caso Estrada de Ferro Noroeste do Brasil/ NOB na cidade de Bauru (1910-1945). (POSSAS, 2000).

por projetos políticos externos à sua vontade, foi possível revelar com clareza o que estava em jogo para ambos os sexos. Estavam inseridas em relações de força no âmbito da sociedade europeia, no entanto foi no uso das funções, como a maternidade, o celibato como exigência religiosa e o trânsito preferencial na economia doméstica que elas se apropriaram dos substratos de poder possíveis, de saberes outros, para nas brechas conduzir com mediação e conciliação processos pelos quais transformaram, adicionaram e transmitiram possibilidades outras de existências.

Portanto penso ser possível uma reapropriação da ideia de *fronteira*⁴⁶ dilatando o significado semântico nela contido para diante da historicidade dada, observar as relações de gênero e a prática da vividez, observando como as determinações sexistas vigentes conciliaram e vivenciaram as subjetividades de homens e mulheres em um exercício de trocas e de escolhas em um processo de construção das identidades.

Fundamento minhas reflexões no entendimento e na relevância do papel da cultura (BHABA, 1998)⁴⁷, pelo qual vejo ser possível dilatar o significado da palavra “fronteiras” para novas possibilidades de interpretação, relacionando diretamente aos sujeitos que absorvendo instancias do local e global, o individual e o nacional, da cultura e da natureza tecem novas relações, improvisam inserções e forçam protagonismos. Portanto as palavras e as ideias nelas contidas devem ser (re)colocadas a todo o momento em contraste permitindo (re)significar sentidos e observar aproximações de modo a romper com visões de homogeneidade e de imutabilidade dos papéis sociais. É como *viver nas fronteiras*, onde é possível engendrar constantes processos de construção diante da presença de experiências culturais difusas, híbridas dos sujeitos e onde torna-se possível conciliar para avançar tendo em vista as novas identidades que afloram, as singularidades que distinguem os indivíduos que convivem com diversas relações de autoridade, seja aquelas de sutis ingerências e inserções como as de monopólio pela força, pela violência (SAID, 1995)⁴⁸.

46 Na conjuntura contemporânea, as fronteiras entraram no debate devido a história das migrações, dos fluxos de pessoas que foi significativamente alterada diante dos propósitos, das condições do ambiente receptor como os desafios colocados. Daí denominar-se que vivemos na era da mobilidade. Ver PAPADEMETRIOU, 2004.

47 Trata-se de um olhar diaspórico que parte sempre da fronteira, como sendo este um lugar privilegiado, se levarmos em consideração as palavras de Homi Bhabha (1998, p. 24): “A fronteira é um lugar do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimular ao da articulação ambulante, ambivalente”, significando que quem vê a partir da fronteira pode reconhecer e aceitar melhor o novo.

48 O autor de *Cultura e imperialismo* analisa como um representante da cultura oriental como se dá o processo de construção da identidade, o “self fashioning”, a partir de um conjunto de experiências culturais difusas e de relações de autoridade vivenciadas no que ele chama dos limítrofe das fronteiras.

Reconheço também que a conjuntura atual incentiva retomar a ideia de fronteiras e migrações e mobilidade, aproveitando das efervescências suscitadas pela história do tempo presente e das novas reflexões constituintes de uma historiografia contemporânea preocupada em entender como o local da cultura produz novas relações políticas a partir dos enfrentamentos que a cada momento projetam perspectivas outras e rumos para as *colonizadas*⁴⁹ diante das resistências e dos movimentos democráticos que tiveram início a partir das conjunturas de descolonização (anos 70-80, do século XX) e que, no século XXI, ocupam o cenário e a pauta de decisões no plano internacional exigindo alternativas que aproximem culturas díspares. O ponto de vista do colonizador, seu protagonismo sempre foram privilegiados não só na formulação de alternativas políticas viáveis para as jovens nações como os critérios na definição das fronteiras. Assim, foram levados em consideração parâmetros e limites definidos por convenções de uma cultura política não autóctone, mais alienígena que excluiu as tradições populares, vista como permanência de um “tribalismo” que precisava ser superado por fórmulas modernizadoras. Desta maneira, a “descolonização” de regiões na África e na Ásia, por exemplo, colocaram em oposição o “novo” e o “arcaico”, a modernidade e a tradição local. Esta última representada pela religião, pela presença do mito, do irracional que como vozes dissonantes e de resistência foram, como ainda permanecem, sendo as razões de conflitos étnicos, raciais e de fronteiras que eclodem nos dias atuais.

Assim as fronteiras definidas e respeitadas como o estabelecimento de limites, de delimitação de zonas de conflito assumem outra dimensão diante das possibilidades de novas perspectivas de análise, onde o local e o global se imbricam, surgindo o que um novo feminismo denomina de “glocal”⁵⁰.

É nesse contexto e aproveitando os debates existentes sobre a crise dos para-

49 Como ponto de partida utilizo nesse caso as análises elaboradas frente os processos de colonização e descolonização dos séculos XIX e XX inseridos na trajetória do capitalismo associada às lutas nacionalistas e ideológicas que permearam as lutas pós-coloniais e a criação dos países africanos e asiáticos (CANEDO, 1985).

50 Na cidade de Seul foi realizado em 22/04/2009, um encontro de mulheres feministas de várias partes do mundo que adotaram a ideia de um ativismo “glocal”, neologismo nascido da contração entre global e local, para criar pontes entre cidadãs da América Latina, África e Ásia. Cerca de 30 ativistas dessas três regiões se reuniram em um painel intensivo de debates, seguido de um fórum público anunciando a criação da Rede de Ativismo Glocal (NGA) e a Escola de Feminismo. A rede começará com cinco pontos “glociais”, na China, Coréia do Sul, México e África do Sul. Jiyoung Lee An, da IPS- Agencia Inter Press Service em 23/04/2009. Disponível em: <<http://blogoleone.blogspot.com/2009/04/mulheres-nem-global-nem-local-glocal.html>>. Acesso em: jan. 2010.

digmas que pretendo direcionar minhas reflexões para observar como comportamentos femininos, de um passado próximo, engendraram mudanças, questionaram identidades impostas ao viverem e transgredirem justamente os limites, as zonas fronteiriças que lhes foram colocadas a viver pelos papéis tradicionais e normativos.

Como historiadora da cultura que questiona paradigmas e categorias universalistas invisto na perspectiva de um “olhar fronteiro”, atento as sutis mudanças, as modificações na vida dos sujeitos, muitas vezes imperceptíveis por viverem justamente no “lugar de fronteira”, onde as possibilidades de outros discursos são minimizadas.

Nesse sentido, tomo como recomendação partir de uma abordagem de história que a todo momento reconstrói o vivido; que procura como tarefa de ofício do historiador rever constantemente os conceitos e as categorias de análise vivenciados em outras realidades e temporalidades com ênfase nas experiências cotidianas vividas pelos indivíduos de modo a contemplar as inúmeras possibilidades de reinvenção da vida a partir dos encontros e desencontros entre o “eu” e o “outro” que permitem ultrapassar a construção dos estereótipos que afetam homens e mulheres diante de processos múltiplos de estranhamento e de reinvenção de identidades.

Para tanto, me aproximo de Linda Hutcheon (1991), feminista canadense que se coloca incrédula diante dos costumes estéticos e sociais que dominam as relações entre os gêneros. Tanto os feminismos com o pós-modernismo trabalham para compreender os modos dominantes de representação, sendo que os feminismos pressionam o pós-modernismo a reconsiderar os desafios anti-metanarrativos para o universal humanista, em termos de gênero.

Persistir na existência de visão linear do processo histórico que carrega tudo e todos em uma mesma direção para a construção de um novo milênio em um concerto global é manter a “razão indolente”, como criticou Boaventura de Souza Santos, é sustentar as formas acomodadas de pensamento⁵¹. Reconheço como o autor, ser impossível criar uma “teoria geral” que dê conta da diversidade do mundo. Nesse momento, comungo de suas reflexões aceitando que é necessário buscar processos de “tradução” entre diferentes sistemas e culturas que busquem a construção de outro mundo possível, sabendo entender e conciliar diferentes

51 O sociólogo Boaventura Souza Santos (2003), tem enfatizado a necessidade de uma mudança de olhar dos intelectuais, que ainda reproduzem modelos conceituais atrelados aos lugares do discurso originados no hemisfério norte. As formas de pensar, os conceitos e as categorias elaborados em outros tempos e com perspectivas lineares de desenvolvimento para as sociedades, típicas dos iluministas do século XIX, ainda permanecem. Daí a sua crítica a tudo isso, que chamou de “racionalidade indolente” e propondo que novos lugares sejam contemplados na produção de conhecimento.

lutas de oprimidos, sejam dos trabalhadores, sejam de questões de gênero, étnicas ou religiosas tendo em vista a emancipação social concreta.

E foi justamente relacionando essas leituras e suas contribuições críticas que tomei como objeto o estado civil de viuvez enfatizando a riqueza das experiências cotidianas vividas por mulheres que em experiências distintas esboçaram descobertas de si, de acomodações em diferentes grupos sociais e culturais e das relações de gênero.

Ao me debruçar sobre o estudo das *urbes* do oeste paulista, em uma região conhecida por “boca do sertão”, a “última fronteira para a civilização”, evidenciei certas as especificidades através da “história dos lugares” e da construção das relações de gênero⁵². E em uma releitura, mais recente me detive em mulheres na condição de viuvez⁵³, no início do século XX, e de como eram alvo de discursos normativos e disciplinadores que reforçavam as ideias de “desamparo”, de “abandono”, de solidão⁵⁴ e de recolhimento ao privado.

Esse meu interesse foi aguçado também diante do silêncio que o tema assumia na escrita da história, apesar de identificá-la como uma prática social, um estado civil decorrente da morte de um dos cônjuges. Mas sem se deter a um estudo mais aprofundado visando captar a historicidade, os significados e as possibilidades de mudanças comportamentais vivenciadas.

Essa escolha, aproximação e interesse de análise estão certamente relacionadas também ao me encontrar vivenciando concretamente a situação de uma viuvez recente, tendo que enfrentar situações e representações que julgava superadas diante do processo de modernização e da garantia de direitos e de acesso das mulheres às distintas instâncias do público e da revisão das funções no espaço privado. Além disso, essa atitude veio confirmar uma crítica sobre a discussão entre os historiadores: como as subjetividades interferem na produção do conhecimento científico.

Tomar a viuvez como objeto de pesquisa me permitiu realizar uma

52 Desde o doutorado (1999) venho analisando essas especificidades da inserção feminina no espaço público e nas cidades recém fundadas do Oeste Paulista. Ver Possas (2000). Posteriormente ampliei o foco para a região noroeste, resultando em um artigo intitulado “Revendo a história das cidades paulistas: a inserção feminina e a (re) leitura do cotidiano”. *Esboços* (UFSC), v. 17, p. 57-73, 2007. Mais recentemente elaborei *As fronteiras do Oeste Paulista: ocupando sertões, fundando cidades e (re)fazendo a história do lugar*, 2008b.

53 Nesse caso, o conceito de “viuvez” é entendido a partir da morte de um dos cônjuges em uniões consolidadas pela instituição do casamento jurídico, principalmente e não provocada por situações de desaparecimento, como pode-se observar durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1983).

54 O trabalho recente de Peixoto (1997) reinveste na “viuvez como sinônimo de solidão” na sociedade atual.

ampla revisão historiográfica, que é silenciosa diante desse tema, e, assim, “desnaturalizar” um estado civil carregado de estigmas e estereótipos presentes nos ditos populares, como “a viúva é barco sem leme”, “viúva honrada, porta fechada”, “dor de viúva dura pouco” e a mais comum, a “viúva alegre”, que permanecem no imaginário social como arcabouços de um capital simbólico de difícil alteração.

Na documentação rastreada sobre as cidades paulistas, identifiquei casos instigantes de viúvas que mereciam ter outro tratamento analítico, de modo a captar a dinâmica da construção das relações de gênero e de como cada uma delas foi capaz de provocar deslocamentos para novas subjetividades. Mesmo vivendo em diferentes temporalidades no processo de modernização com as Frentes Pioneiras⁵⁵, que avançaram ao sertão inóspito pressionadas pela economia cafeeira e as ferrovias, elas se distinguiram.

Identifiquei, no período analisado, de 1910 a 1945, distintas situações de viuvez, principalmente a feminina: ora a mulher ocupando o lugar do esposo à frente dos negócios e das fazendas, com significativa mudança de funções e representações tanto no âmbito familiar como no espaço público; ora permanecendo como a “desamparada”, sendo, até mesmo, alvo de práticas de proteção que as incluíram no proselitismo de partidos políticos em eleições locais, muitas vezes conturbados por atos de violência nos quais ocorriam mortes e suicídios captados nos jornais da região⁵⁶.

Em uma perspectiva atenta ahistoricidade dos processos e experiências vivenciadas concretamente tomei a tarefa de perceber as tensões e os conflitos existentes que me possibilitaram debater e reformular o conceito de “enviuvamento”, associado a formas de **“empoderamento” feminino e de “gênero” bem com as diferenciações de representações simbólicas construídas.**

Com isso foi possível rever as representações da viuvez feminina superando as construções definidas pelo discurso jurídico, papéis sociais decorrentes das regras e trivialidades do luto e dos estereótipos carregados de ironia e humor.

55 Essa denominação refere-se ao processo de expansão e povoamento para o oeste do Estado Paulista, no período de 1880-1914, devido à implementação da economia agro-exportadora cafeeira. Ver Possas (2008b), *Analisando os processos de construção das fronteiras Oeste Paulista com a ocupação dos sertões, fundando cidades e (re) fazendo a história do lugar.*

56 Ver uma outra análise no artigo “Mulheres e viuvez: recuperando fragmentos, reconstruindo papéis”, no qual analisei fragmentos de jornais de Bauri (1910 e 1934). (POSSAS, 2008a). Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST7/Lidia_M_V_Possas_07.pdf>. Acesso em: jan. 2011.

Fragmentos documentais do jornal *Comércio de Bauru* (1915)⁵⁷ e da revista *Ouro Verde* (1934)⁵⁸ possibilitaram observar o cotidiano de uma cidade localizada nas franjas do Oeste Paulista. Como Davis (1997), tomei a condição de casos de “viuvez súbita” vivenciada por duas mulheres em distintas temporalidades e conjunturas da sociedade republicana brasileira na primeira metade do século XX, procurando perceber a partir daquelas fontes as “performance” assumidas por cada uma bem como o uso do seu *novo* estado civil diante dos significados sociais existentes .

E a imprensa local com seu faro jornalístico seletivo e interpretativo do real, desempenhou papel importante na construção da história e do cotidiano desta regionalidade noroestina onde a ferrovia – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, NOB, criada em 1906. Colaborou para fazer parte dos espetáculos de signos e emblemas montados pelas elites oligárquicas que tudo justificavam em nome do progresso. O trabalho com jornais é extremamente rico pela possibilidade de observar as tramas do cotidiano, as multiplicidades de sujeitos bem com as temporalidades que se chocam evidenciando os conflitos que do privado se publicizam .

O primeiro caso de viuvez foi motivada por uma causalidade trágica devido ao suicídio do cônjuge: “Suicidou-se ontem por volta das 10 horas com dois tiros de revolver no ouvido, o Sr. João Dalla Rú, proprietário da fábrica de cerveja Aurora, no Largo da Aparecida: o suicida deixa viúva a exma. sra. D. Maria Dalla Rú e cinco filhos menores.” (O COMERCIO DE BAURU, 28 mar. 1915, n. 7, p. 2).

O Sr. Dalla Rú era um desses pequenos comerciantes que motivado pela possibilidade de enriquecimento viera residir com a família em Bauru, cidade em franco processo de urbanização devido à penetração do café da presença das ferrovias. Diante do crescimento econômico e populacional da região resolveu investir no ramo de bebidas e para tanto tomou empréstimos a um agiota local para instalar uma pequena fábrica de cerveja, a primeira da cidade. Tem-se a impressão que os negócios não foram tão bem, pois o suicídio teria como explicação a sua difícil situação financeira, hipótese reforçada principalmente pelos dados publicados no jornal *O Comércio de Bauru*, onde se lê a seguinte notícia:

57 Esse Jornal circulou na cidade de Bauru e Região na primeira década do sec. XX e sua linha editorial investia nos princípios republicanos conservadores da oligarquia cafeeira (POSSAS, 1993).

58 A revista *Ouro Verde* foi lançada em junho de 1931, pelo agrimensor da NOB, Dr. Luiz Soares de Gouveia Horta que também era membro da Ação Integralista Brasileira / AIB tendo ampla penetração nos núcleos da AIB da região e circulou até meados dos anos 60.

Subscrição para o enterro do finado João Della Ru

Despesas com Enterro - "João Della Rú"

Empresa Funerária 100\$000

diversas despesas 9\$000

entregue a viúva 28\$000

angariado por Luiz Ferrari 60\$000

Fortunato Resta 77\$000

Total: 137\$000

A família do extinto agradece a todos que coadjuvaram. (O COMERCIO DE BAURU, 11 jul. 1915, p. 3).

Notícias relacionadas ao suicídio de João Della Ru não desapareceram das páginas da imprensa local. Dias depois da subscrição e agradecimentos público da família aos benfeitores, na pessoa de Luis Ferrari, deparamos com a publicação do bilhete elaborado pelo suicida à sua viúva, onde expunha a justificativa do seu ato:

Querida Maria, eu vejo que não estou bem nesta terra, quero morrer. Sinto deixar-te, porém é necessário. Quando a gente morre não dá mais peso na terra. A vida não é nada neste mundo.

As nossas filhas são grandes e boas, elas te ajudaram.

O Orlando te dará de comer até que venhas reunir-te comigo.

Peço-te perdão, desculpem-me, mas este passo que dou é necessário. Tu sabes qual é o motivo M.S. Finalmente te saúdo e desculpa-me se te fiz mal neste mundo.

Se o morrer é bonito como dizem verás daqui a pouco.

Beija a todas as filhas, saúda vovó e Bepi [...]

Teu João (O COMÉRCIO DE BAURU, 18 jul. 1915, p. 3).

A divulgação de um documento de natureza privada e pessoal assumindo um caráter de assunto público gera "o estranhamento" que se desdobra em outros questionamentos, uma vez que a iniciativa de publicação do bilhete partiu da própria viúva, mulher agora só, com as filhas, e em situação financeira difícil, dependendo do auxílio de outras pessoas. Que motivos sustentariam sua conduta? Deveriam existir mais não foram explicitados naquele momento, somente, quando dias depois a viúva Dalla Rú envia à redação do jornal bauruense uma outra solicitação:

Sinto muito ter de voltar a pedir-vos mais uma vez hospitalidade das colunas do vosso conceituado Jornal, mas a defesa da honra da minha infeliz família o exige.

Com a carta que mandei publicar nesta mesma seção no número de domingo p/p. julguei que o público ficasse ciente da nossa inocência, mas pelo contrário, chegou ao meu conhecimento notícias que as iniciais M.S. foi motivo para mover os mal intencionados a trazerem suposição que tem corrido a tornar mais crítica a minha situação e de uma família desolada.

Estando mais do que convencida de que o meu saudoso esposo na sua última carta que me dirigiu antes de por termo a sua existência a qual tiveste a bondade de publicar, com as iniciais M.S. quis aludir do seu desapiedado perseguidor Manoel Sandim o que venho por meio deste fazer público [...] (O COMERCIO DE BAURU, 1 ago. 1915, p. 3).

Toda sorte de suspeitas, incluindo a de “adultério”, deve ter motivado esse comportamento da viúva, que apesar de estar envolvida por sentimentos de luto enfrentou a exposição pública para justificar a atitude do seu marido e principalmente como uma forma de defesa. Sai do seu anonimato para resguardar à família e as filhas. Ela não admitiu ser alvo de dúvidas quanto à sua conduta moral. Ao tirar à vida o cônjuge a colocou em situação de “inquirições” por parte da sociedade bauruense.

A viuvez não é apenas um “estado de ser” representado pela situação de perda do cônjuge, mais na realidade esboça, principalmente para as mulheres questionamentos exigindo explicações e vivências de comportamentos herdados e muitos vezes estereotipados.

A morte de Dalla Rú foi motivada por questões de negócios mal sucedidos e agiotagem que acabou por fazê-lo perder a cervejaria. O personagem MS era Manoel Sandim, vulto com reconhecida atuação na sociedade bauruense, conforme observado pelo memorialista local:

[...] um verdadeiro eclético procurando sempre um sistema melhor, um ramo diferente, dos quais pudesse apurar maior renda. Assim é que instalou e manteve pequenas indústrias tais como: fábrica de estofados, colchões de capim, travesseiros e alguns móveis e proprietário de uma panificadora; adquiriu imóveis na cidade e um terreno à margem do rio Bauru descobrindo aí uma mina d’água potável que não demorou a explorar com a denominação de “Água de Santa Lila”. (PAIVA, 1977, p. 238-239).

Manoel Sandim representou um desses migrantes que tiveram sucesso com investimentos na região e também por práticas de agiotagem. Logo depois do suicídio de seu devedor, segundo Paiva, foi possível vê-lo como um empresário expressivo: “montou e fabricou a primeira cerveja e refrigerante no chamado sertão paulista, cuja fábrica denominava-se “Cervejaria Aurora”, ou seja, aquela cervejaria concebida pelo João Dalla Rú, que agora passou para um outro dono.

O outro caso que ganhou as páginas da imprensa local foi o da viúva de Nicola Rosica, considerado “o primeiro mártir do integralismo”, assassinado em um comício público em 3 de outubro de 1934, no centro da cidade de Bauru⁵⁹. O fato ganhou grande repercussão nacional devido a conjuntura de redemocratização do país após a homologação da Constituição de 1934, que projetava as primeiras eleições após o conturbado período da revolução de 30 e de 1932, em São Paulo.

A *viúva de Nicola Rosica*, um servente da Estrada de Ferro da Noroeste, com parcos rendimentos mensais, conforme se observa em sua folha de serviço, foi transformada de um dia para outro, em uma vítima do “avanço dos comunistas no país”. Mulher só e com dois filhos passou a representar aquela viuvez feminina típica do “desamparo”, e sua imagem sempre de preto acompanhada pelos filhos foi veiculada na imprensa local como propaganda contra os comunistas, com os seguintes dizeres: “Viúva e filhos de Nicola Rosica, primeiro mártir do movimento Integralista”. Como viúva de um mártir da AIB (Ação Integralista Brasileira) ocupou por algum tempo as páginas de revistas integralistas, como a *Ouro Verde*. Esse episódio ficou no imaginário coletivo da cidade como o “o trágico 3 de outubro de 1934, após o tiroteio ocorrido em uma das ruas mais movimentadas de Bauru.

Nesse caso a *viuvez* foi transformada em discurso e instrumento político de uma agremiação partidária, sendo que a mulher, a viúva Rosica em momento algum falou, ou ouvimos a sua voz. Ela era representada como uma mulher de luto, figura silenciosa acompanhada dos filhos e tendo a promessa pública de Plínio Salgado que seria sustentada pela AIB, o que de fato não correu.

Produto de suicídio e assassinato, o estado da viuvez feminina foi reapropriado e utilizado com desdobramentos distintos no âmbito do público. As “viúvas”

59 Nicola Rosica foi vítima de um tiro, durante uma passeata dos integralistas na cidade, tendo a participação de Plínio Salgado e correligionários de várias cidades vizinhas. O estudo desse episódio foi trabalho em minha dissertação de mestrado (POSSAS, 1993), a partir da análise de distintas fontes (inquéritos policial, jornais e revistas, boatos e relatos de memórias) procurando recuperar as versões desse acontecimento que durante muitos anos foi comemorado na cidade de Bauru.

romperam o privado ganhando publicização: uma defendendo a sua integridade moral e a outra, arrastada pela conjuntura política dos anos 30, passou a ser utilizada politicamente, transformado em ato simbólico tendo em vista modos e hierarquias que acabam por reforçar as diferenças de gênero. Desta maneira a insinuação de adultério da primeira e a condição de fragilidade, dependência e de vítima da segunda levaram essas mulheres a comportamentos distintos: Maria Dalla Rú de rebeldia e de resistência enquanto a “viúva de Nicola Rosica, que não era identificada nem pelo seu nome, expressando a submissão de uma condição civil.

Em ambos os casos a *viuvez*, principalmente feminina deu-se no âmbito urbano nos possibilitando observar mulheres que reconsideraram suas funções domésticas e deslocaram-se para outros espaços jamais vivenciados, embora também ressaltamos as permanências.

Em minha atual pesquisa, que tem como foco a “*viuvez compulsória*” originária nos *anos de chumbo* das ditaduras militares latino-americanas, mais precisamente no Brasil e na Argentina, no período de repressão entre as décadas de 70-80. Naquele cenário, então novo, dos nos 70, nas cidades brasileiras observo que existem questões por desvelar, as quais listo a seguir: Por que o estado da *viuvez* não foi contemplado nas imagens simbólicas das lutas das mulheres contra a ditadura, como observamos na presença e na ação das mães, avós, irmãs e filhas? O “**familismo**” e o “**maternalismo**” foram os critérios e fundamentos de legitimidade da palavra pública, mais especificamente no caso da Argentina pós-ditatorial, conforme ressalta Jelin (2001)⁶⁰. Tanto os militares como o movimento de direitos humanos fizeram uso da **matriz familiar** como o *locus* dos seus discursos de legitimação e de confrontação política, sendo que as definições familísticas tradicionais dominaram em grande parte as organizações de direitos humanos da época.

A pesquisa em processo caminha com os levantamentos ainda em fase preliminar descortinando situações ímpares de mulheres em deslocamentos de si e novas identidades frente às situações adversas que os regimes autoritários tanto no Brasil, como na Argentina criaram. Para tanto retomei os jornais brasileiros de maior circulação, na cidade de São Paulo, como a Folha e o Estado de São Paulo no período de 60 à 80. No entanto estou atenta às notícias que circulam desde 2001, nos referidos jornais, devido as constantes solicitações de viúvas por indenizações.

⁶⁰ Jelin (2001) em seu trabalho com as mulheres da Praça de Maio, durante a ditadura na Argentina evidenciou o quanto as viúvas tiveram intensa participação, sem no entanto assumir a liderança de nenhum dos movimentos como das *Madres, Hermanas e Abuelas*.

As viúvas brasileiras, muitas delas sem ter um passado de militância, organizaram-se em grupos, em movimentos por direitos e cidadania. Representam na atualidade o que denominamos de “novos movimentos sociais” (GOHN, 2010, p. 15) que tiveram início nos anos 80 e que vem assumindo uma nova força social e política como atores na sociedade civil. Esses movimentos sociais estão retornando à cena política e à mídia, cada um com suas demandas e projetos de interesse coletivo. Articulam ações de resistência à exclusão e lutam, em redes de diferentes tipos e utilizam as novas tecnologias de informação. Observo que desde 2002 um número considerável de viúvas buscam a justa indenização junto à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos⁶¹ que evidencia o quanto enfrentam o contraditório papel e a representação da condição de “viuvez”.

Referências

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, DF, 2007.
- CANEDO, Letícia B. *A descolonização da Ásia e África*. São Paulo: UNICAMP: Atual, 1985.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DIEHL, Astor Antonio. *Cultura historiográfica: memória identidade e representações*. Bauru: EDUSC, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.
- GOHN, Maria da Gloria. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001.

⁶¹ Casos e narrativas de mulheres viúvas que iniciaram reivindicações para reabrir os processos visando readquirir os direitos como esposas de seus maridos desaparecidos. O tratamento dado a viúvas geralmente é obscurecido por expressões generalizadoras.

O COMÉRCIO DE BAURU. Bauru: [s.n.], 1915.

PAIVA, Carlos Fernandes de. *Complemento às narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a Fundação de Bauru*. Bauru: Conselho Municipal de Educação, 1977. p. 238-239.

PAPADEMETRIOU, Demetrios. In: CONGRESSO IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: DIVERSIDADE, CIDADANIA E INTEGRAÇÃO, 1., 18-19 dez. 2003, Lisboa. *Boletim Informativo*. Lisboa: Migration Policy Institute (MPI): Fundação Luso/ América, 2004. Disponível em: <http://www.acidi.gov.pt/_cf/5281>. Acesso em: 20 jan. 2011.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Histórias de mais de 60 anos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 148-158, 1997. Dossiê Gênero e Velhice.

POSSAS, Lidia M. Vianna. *O trágico Três de Outubro: estudo histórico de um evento*. Bauru: EDUSC, 1993.

_____. *Mulheres, trens e trilhos. Modernidade no sertão paulista*. Bauru: EDUSC, 2000.

_____. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-1938). In: GOMES, Angela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. v. 1, p. 277-277.

_____. Revendo a história das cidades paulistas: a inserção feminina e a (re) leitura do cotidiano. *Esboços (UFSC)*, Florianópolis, v. 17, p. 57-73, 2007.

_____. Mulheres e viuvez: recuperando fragmentos, reconstruindo papéis. In: FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 25-28 ago. 2008, Florianópolis. 2008a. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST7/Lidia_M_V_Possas_07.pdf>. Acesso em: jan. 2011.

_____. As fronteiras do Oeste Paulista: ocupando sertões, fundando cidades e (re)fazendo a história do lugar. In: SETUBAL, Maria Alice (Org.). *Terras paulistas: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008b. v. 1, p. 10-186.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2003.